



Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 29/11/2011 às 18h12
Valéria / Mat. 46957

MPV-551

00005

CONGRESSO NACIONAL

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: <b>29/11/2011</b>	Proposição: <b>MPV 551 / 2011</b>
----------------------------	--------------------------------------

Autor: <b>DEP. RUBENS BUENO</b>	n.º do prontuário: <b>460</b>
------------------------------------	----------------------------------

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. Substitutiva	<input type="checkbox"/> 3. Modificativa	<input checked="" type="checkbox"/> 4. Aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
--	--	--	--	---

página:	artigo:	§:	inciso:	alínea:
---------	---------	----	---------	---------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se § 3º, ao art. 63, da Lei n.º 12.462, de 5 de agosto de 2011, modificada pelo art. 4º, da Medida Provisória n.º 551, de 22 de novembro de 2011, com a seguinte redação:

"Art. 63 .....  
§ 1º ....."

§3º Entende-se por desenvolvimento e fomento em infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil, o investimento em manutenção, recuperação, restauração, construção, melhoramento, instalação de equipamentos e de tecnologia, elaboração de estudos e projetos técnicos e de engenharia, que sejam desenvolvidos nos terminais aeroportuários e nas suas áreas diretamente relacionadas como terminais de embarque e desembarque, pistas de pouso e decolagem, pátio de manobra e de estacionamento de aeronave e vias rodoviárias de acesso ao aeroporto e área de estacionamento de veículos, além da execução de operação, supervisão e equipamentos de segurança e proteção da aviação nacional e dos terminais, sempre visando à melhoria para o usuário."

## Justificação

A redação do caput do art. 2º, proposto pela Medida Provisória, permite ao gestor do produto arrecadado, destinado ao Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, uma interpretação muito discricionária sobre onde aplicar os recursos voltados à infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil, a exemplo a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico – CIDE Combustíveis, cuja a intenção do legislador era de aplicar somente nas questões estruturais das rodovias, mas é utilizado até mesmo para pagamento de pessoal e de material de expediente como infraestrutura de transporte.

Para evitarmos que este equivoco aconteça com os recursos do fundo destinados a infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil, proponho esta Emenda.

Deputado Rubens Bueno  
PPS/PR

